

BOLSONARO E MILEI: QUANDO OS PROJETOS NEGACIONISTAS VISITAM O ENSINO DE HISTÓRIA E O MUSEU NO BRASIL E NA ARGENTINA

BOLSONARO AND MILEI: WHEN DENIALIST PROJECTS VISIT HISTORY TEACHING AND THE MUSEUM IN BRAZIL AND ARGENTINA

BOLSONARO Y MILEI: CUANDO LOS PROYECTOS NEGACIONISTAS VISITAN LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA Y EL MUSEO EN BRASIL Y ARGENTINA

Marcelo Henrique Leite¹

Resumo: O ensino de história é inerente às questões que surgem no tecido social. O negacionismo histórico é uma delas. O artigo trata de oito experiências docentes - do Brasil e da Argentina - que narram o impacto do negacionismo da ditadura militar nas visitas escolares organizadas por eles ao *Memorial da Resistência de São Paulo*, da cidade São Paulo, e no *Museo de la memoria ESMA*, da cidade de Buenos Aires. Desse modo, apresenta uma reflexão em como a ação docente tem sido afetada pela crescente das novas direitas radicais, que vinculam uma memória positiva sobre as ditaduras recentes dos respectivos países.

Palavras-chave: Ensino de história; ditadura militar; museus; negacionismo histórico.

Abstract: The teaching of history is inherent to the issues that arise in the social fabric. Historical denialism is one of them. The article deals with eight teaching experiences - from Brazil and Argentina - that recount the impact of the denialism of the military dictatorship on the school visits they organized to the *Memorial da Resistência de São Paulo*, in the city of São Paulo, and to the *Museo de la memoria ESMA*, in the city of Buenos Aires. In this way, it presents a reflection on how teaching has been affected by the rise of the new radical right, which attaches

a positive memory to the recent dictatorships in their respective countries.

Keywords: History teaching; military dictatorship; museums; historical denialism.

Resumen: La enseñanza de la historia es inherente a las cuestiones que se plantean en el tejido social. El negacionismo histórico es una de ellos. Así, el artículo aborda ocho experiencias de enseñanza -de Brasil y Argentina- que relatan el impacto del negacionismo de las más recientes dictaduras militares en las visitas escolares que organizaron al *Memorial da Resistencia de São Paulo*, en la ciudad de São Paulo, y al *Museo de la Memoria de la ESMA*, en la ciudad de Buenos Aires. De este modo, se presenta una reflexión sobre cómo la enseñanza se ha visto afectada por el auge de la nueva derecha radical, que atribuye una memoria positiva a las recientes dictaduras en sus respectivos países.

Palabras clave: Enseñanza de historia; dictadura militar; museo-negacionismo histórico.

Introdução

A prof.ª comentou que na escola deles pediram que ela fosse “neutra” no ensino da ditadura, evitando falar de torturas e financiamento.

(Educador, 8º ano, 15/04/2014, A.1-C.4)

A epígrafe é um registro de um educador do *Memorial da Resistência de São Paulo*, em uma ficha de avaliação de visita educativo, organizada por uma professora de história, com alunos de 8º ano, da Escola Estadual Prof. Dr. Luís L. Silva. As fichas de avaliação fazem parte da prática do setor educativo desde 2009, e estão armazenadas no arquivo institucional do museu.

No registro há menção ao termo neutro, amplamente mobilizado, no Brasil, a partir da ação dos movimentos da *Escola Sem Partido*², criado em 2004, pelos grupos da nova direita radical. Pedir um ensino neutro, como se vê no excerto, tem uma certa sedução, pois sugere ser algo ético, imparcial. O que não é verdade, pois no próprio excerto fica evidente essa lógica: ser neutro significaria retirar características centrais da ditadura militar no Brasil. O termo, portanto, é uma armadilha, pois se apresenta como justo, mas no fundo é apenas um projeto de grupos conservadores para emplacar uma visão positiva de passados atravessados pela violação de direitos humanos, como censura, tortura e morte.

Este artigo enfrenta o cenário de armadilhas e conflitos que envolvem as memórias das ditaduras militares no Brasil (1964-1985) e na Argentina (1976-1983). Nele, discuto de que maneira os discursos negacionistas interpelam a sala de aula. Para abordar esse tema, percorro episódios narrados por professores e professoras que entrevistei durante a pesquisa de doutorado, cujo foco são as práticas educativas no ensino da história da ditadura militar mediadas por visitas a museus.

Nos primeiros anos da década de 1980, Brasil e Argentina romperam com os regimes militares e retomaram a democracia por caminhos distintos. No Brasil, a transição foi lenta e controlada pelas próprias forças do regime. O processo se desenvolveu ao longo dos anos 1980, com uma abertura gradual que manteve os militares em posição de força até o final. O movimento *Diretas Já*, embora tenha mobilizado amplamente a sociedade civil, não conseguiu a aprovação da emenda constitucional que permitiria eleições diretas em 1984, que ocorreria somente cinco anos depois. Assim, a eleição de Tancredo Neves em 1985, por via indireta, simbolizou a passagem para a democracia sem ruptura, com manutenção de muitos dos quadros e estruturas do regime autoritário.

Essa forma de transição resultou em um longo silêncio institucional sobre os crimes da ditadura. A Lei de Anistia de 1979 — mantida mesmo após a redemocratização —

garantiu impunidade a agentes do regime. Isso dificultou o reconhecimento oficial da violência estatal e atrasou iniciativas de justiça e memória. Durante décadas, houve pouca abertura dos arquivos da repressão, e o Estado demorou a reconhecer e reparar as violações de direitos humanos³. Apenas nos anos 2000 e, mais significativamente, com uma comissão nacional da verdade (2012–2014) e outras em nível estadual, o Brasil passou a enfrentar de forma mais institucionalizada seu passado autoritário, ainda assim sem punições judiciais aos responsáveis.

Já na Argentina, a transição foi mais abrupta e resultante do colapso da ditadura, profundamente desmoralizada após a derrota na Guerra das Malvinas, em 1982. O regime militar argentino perdeu legitimidade e viu-se pressionado pela crise econômica, pelo descrédito interno e pela mobilização social. A eleição direta de Raúl Alfonsín em 1983 marcou uma ruptura mais clara com o passado autoritário.

A revogação da *Ley de Amnistia* (1979) e o Julgamento das Juntas, realizado em 1985 na Argentina, permitiu a apuração judicial de crimes cometidos pela ditadura, gerando uma produção documental expressiva que contribuiu para a catalogação de mais de 700 lugares reconhecidos hoje como espaços de memória. As decisões políticas adotadas por cada país moldaram formas distintas de lembrar e esquecer o passado ditatorial. Se ao longo das décadas Brasil e Argentina seguiram trajetórias diferentes no enfrentamento de suas respectivas ditaduras, hoje compartilham um ponto de convergência: o avanço do negacionismo histórico sobre esse período.

Os objetos — ou cenários — analisados são o Memorial da Resistência de São Paulo, localizado na cidade de São Paulo, e o Museo Sitio de la Memoria ESMA, situado na Cidade de Buenos Aires, na Argentina. Trata-se de dois museus de criação recente, inaugurados em 2009 e 2015, respectivamente. Ambos resultam das conquistas de diversos sujeitos, mas especialmente aqueles diretamente afetados pelas ações repressivas das ditaduras militares, como ex-presos políticos, sobreviventes, familiares de desaparecidos e filhos, que lutaram para transformar antigos espaços de repressão em lugares de memória. Assim, os dois museus ocupam edifícios que, durante os períodos autoritários mais recentes, abrigaram órgãos repressivos do Estado.

O *Museo de la Esma* funcionou um centro clandestino de tortura e detenção, entre 1976 a 1983 — ou seja, funcionou durante todo o período da ditadura. O *Memorial* está sediado onde funcionou o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que, embora criado em 1924, teve um papel fundamental na repressão na ditadura militar de 1964 a 1985. As exposições dos respectivos museus são pautadas em testemunhos das vítimas; história da ocupação dos prédios; e objetivam que os visitantes reflitam sobre autoritarismo e violações de direitos humanos. Algo comum a esses museus é que oferecem visitas educativas guias.

Este artigo constitui um recorte de uma pesquisa mais ampla (Leite, 2024), que

buscou compreender, entre outros aspectos, como o museu integra a narrativa histórica escolar sobre a ditadura militar. Selecionei professoras e professores que organizam essas visitas como parte de suas aulas sobre a ditadura militar. As entrevistas foram realizadas individualmente. No entanto, durante a investigação, chamou-me a atenção o impacto do negacionismo nas práticas docentes, tanto no Brasil quanto na Argentina.

O conjunto de entrevista é composto por oito docentes, sete mulheres e um homem, sendo quatro de cada país⁴. Elas são semiestruturadas e pensadas para dar conta da dimensão organizacional, os saberes pedagógicos e disciplinares envolvidos na visita, assim como as relações com os contextos sociais, ou se preferir com as culturas históricas. Para isso, são compostas por três blocos: período de formação (anos, motivação para cursar História, presença dos temas sobre museus na educação básica e no período universitário, formação continuada); trajetória docente (escolas atuantes, práticas de ensino, saídas da sala de aula, a abordagem do tema a respeito de violações de direitos humanos durante regimes autoritários); e museu e ensino (a presença do museu no planejamento, as discussões propostas, atividades pré e pós a visita ao museu, visões acerca da relevância da ida ao museu para a prática docente). Em média a duração de cada material entrevista possui de 70 a 90 minutos. O conjunto docente mobilizado é composto pelas argentinas Catalina Gironés, Veronia Rafaelli, Jaquelina Bisquert, o argentino Julio Bulacio, e pelas brasileiras Lucineia Guerra, Vilma Noseda, Gabrieli Simões e Sonia Brandão⁵.

O tema do artigo nasceu de uma maneira não intencional, ou seja, não havia uma pergunta clara e direta sobre negacionismo das últimas ditaduras. Nas entrevistas, esse tema aparece quase sempre vinculado às considerações finais. A recorrência dele em diferentes narrativas docentes, é uma evidência em como podemos enquadrá-lo na perspectiva de *conflictos sociales candentes* (López-Facal, 2011), que ainda que seja difícil e gere controversa, deve estar na aula de história.

A abordagem da ditadura militar e do negacionismo nas aulas de história, tal como será desenvolvida neste artigo, insere-se na lógica do conflito e nos dilemas que são postos a professoras e professores. De todo modo, o artigo apresenta a forma como eles e elas, dentro de suas práticas escolares, tem manejado e enfrentado esses discursos.

Entre o silêncio e o confronto: experiências docentes frente ao negacionismo histórico

O negacionismo não é um discurso que surge após um período de autoritarismo, violência e morte. No Cone Sul da América, por exemplo, em particular nas ditaduras mais recentes, era frequente que o Estado negasse as violações à direitos humanos que eram denunciadas ao longo do período autoritário. Diziam não haver tortura e

ARTIGO

negavam a existências de desaparecidos pelas forças policiais diziam os ditadores em redes públicas de televisão ou na imprensa de grande circulação. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, o negacionismo histórico, como um discurso, pós-evento ganhou força no debate público. Reconheço a Valim, Avelar e Bevernage (2021, p. 14) para tratar dessa categoria:

O termo negacionismo, para se referir a grupos e indivíduos que negavam a existência das câmaras de gás e o extermínio em massa dos judeus durante o regime nazista, foi popularizado pelo historiador francês Henry Rousso [...]. A palavra passou a ser usada em sentido contrário ao empregado pelos próprios negacionistas, que se viam como fundadores de uma “escola revisionista” (a denominação é do negacionista Roubert Faurisson) e pretendiam conferir credibilidade intelectual e científica ao que não passava de falsificação e de distorção de evidências. Ainda assim, como lembra Enzo Traverso, eles conseguiram contaminar a linguagem e criar confusão no debate público. Isso ocorreu, em parte, pela própria ambiguidade da noção de revisionismo que, longe de se restringir ao debate acadêmico e historiográfico, é também um fenômeno político relacionado às práticas e aos discursos que questionam as relações que as sociedades estabelecem com seus passados é uma estratégia dos próprios regimes militares.

O negacionismo histórico tem sido parte das ações e discursos de grupos ligados à violência, ódio e extermínio do Outro. Daniel Lvovich e Rodrigo Motta (2023) apresentam características das novas direitas radicais na América Latina, a partir das primeiras décadas do século XXI. Em primeiro lugar o uso do negacionismo, que significa, de modo geral, invalidar e relativizar o testemunho das vítimas, assim como colocar em dúvida fatos históricos, seja da história recente, seja de um passado mais longínquo. Desse modo, negar está intrínseco a construção de um projeto pautado em mobilizar o passado em prol dos projetos das direitas radicais no presente, que, em sua maioria, estão ligados a tradição do anticomunismo.

Em segundo lugar, não é uma batalha apenas de discursos, mas de ações, com a produção de livros, filmes e programas didáticos de cunho conservador. Haja vista o movimento de censurar publicações, reduzir o financiamento a pesquisa acadêmica e perseguir professores. Uma das estratégias dessa perseguição é exigir neutralidade ao ensinar ditadura, como ocorre(u) no Brasil a partir da *Escola Sem Partido*⁶. A epígrafe do artigo ilustra essa estratégia: ensinar ditadura de forma neutra, que significaria não abordar as violações de direitos humanos por meio da tortura, por exemplo.

No Brasil e na Argentina duas figuras são os vetores desses projetos: Bolsonaro e Milei. Jair Messias Bolsonaro é uma figura política ligada ao exército, que, desde os anos 1990, era eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Em 2014, foi o deputado mais votado, tendo quase quadruplicado seu número de votos em

relação a eleição de 2010. No ano de 2018 venceu as eleições presidenciais. Assumiu a presidência no ano seguinte e cumpriu os quatro anos de mandato. Não esteve na posse do presidente eleito em 2022, Luiz Inácio Lula da Silva e coleciona citações e investigações em inúmeros atos antidemocráticos, sendo um deles o de 8 de janeiro de 2023, quando seus apoiadores invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes — o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal — em Brasília.

Javier Milei tem sua carreira no âmbito universitário, sendo graduado em Economia e com dois mestrados na área. Desde 2017, ganhou as redes sociais e o espaço público com o discurso antikirchnerista⁷ e formulando propostas de cunho liberal. Assim, sua carreira política iniciou somente em 2021, quando assumiu uma vaga na Câmara de Deputados, e dois anos depois, em 2023, ganhou as eleições presidenciais.

Com carreiras diferentes, Bolsonaro e Milei não têm suas similaridades em serem homens, brancos, performando uma heterossexualidade, e com discursos pró “liberdade”. Para além disso, partilham dos valores da extrema direita: discursos de ódio, misoginia, homofobia, classismo, para citar alguns. No entanto, quero destacar o vínculo de ambos com um discurso negacionista em respeito às recentes ditaduras de seus países e como isso aparecem como um conflito nas escolas.

Nas entrevistas com os docentes, esse foi um tópico que frequentemente surgia. Das oito entrevistas, somente em uma foi necessário perguntar diretamente sobre o tema, sem que ele surgisse de maneira orgânica. Quando surgia algo que indicasse para o impacto dos discursos negacionistas, eu percorria e elaborava formas de dialogar sobre. Pelo fato de haver diferentes gerações de professores, identifiquei que há visões distintas sobre o avanço da extrema direita.

Para discutir o caso brasileiro, foram entrevistadas quatro professoras, com atenção à diversidade de contextos escolares. Sônia Brandão e Gabrieli Simões atuam na rede privada: a primeira em uma escola na cidade de São Paulo, e a segunda em instituições privadas no interior do estado. Já Vilma Noseda e Lucinéia Guerra são professoras da rede pública municipal da capital paulista, lecionando em escolas localizadas em regiões periféricas da cidade de São Paulo.

À primeira vista, observa-se que professoras com mais tempo de experiência em sala de aula tendem a adotar posturas mais firmes e combativas em relação ao tema, especialmente quando comparadas àquelas que iniciaram suas carreiras em um cenário já marcado por delimitações mais claras sobre o debate público em torno da ditadura. É o caso da professora Sônia, que leciona História desde a década de 1980 em escolas da rede privada.

Sonia Brandão: A gente consegue ver claramente que a partir das manifestações de 2013, que na minha opinião é o grande ano, que é o avanço



da direita no Brasil. [...] e aí esse posicionamento contrário à memória, [...] o aluno dizendo que a tortura é justificada para combater algo maior que é o comunismo até aqueles alunos que duvidam que aquilo existiu mesmo. “Mas será mesmo que existiu? Não é um pouco exagerado? Eu nunca tinha visto isso”. Vou te dar um exemplo quando eu faço a saída com os alunos, eu selecione poemas, textos, fotos, conforme a gente vai fazendo a caminha a gente vai lendo, por exemplo as fotos das celas descharacterizada para eles poderem comparar. Teve um aluno, em um determinado ano que disse que eu estava fazendo lavagem cerebral, a família foi reclamar na escola que a professora obrigou os alunos a lerem um poema contra a ditadura militar. **Quando eu comecei a dar aula em 1986, na ideia de que havia um pacto na sociedade brasileira em torno da democracia, esse pacto ele claramente está desfeito.** [...] Você sempre teve família que vai reclamar por nota, mas não pode outro motivo, não é por acaso que isso ocorre com a ascensão da Escola Sem Partido, é visível isso (Brandão, 2023, grifo nosso).

No Brasil, Vilma Noseda, professora de uma escola pública municipal, conta que 2018 foi um ano difícil. Narrou um episódio em que o aluno do nono ano, que era pró-Bolsonaro, arranjou conflito em razão da leitura do livro *Os Carbonários*, que tem como tema a luta armada na ditadura militar. Com essa turma ela foi ao Memorial, e esse estudante se recusou a ir. Noseda também contou que nas eleições de 2022 houve um estudante que foi com uma camiseta clássica da campanha de Bolsonaro, o que deflagrou um conflito no seguinte aspecto: um estudante pode ir com uma camiseta? Se um aluno pode, um professor também pode? A indagação era em torno da perseguição que houve nessa época com a associação de professores usarem qualquer camiseta vermelha que, para alguns alunos, era claramente apologia ao candidato rival de Bolsonaro: Lula, que tem o vermelho como a cor do emblema do partido.

A professora Lucinéia Guerra, professora da escola pública municipal, faz uma observação interessante sobre o tema. Ela parte do fato de a escola ser obrigatória, e por essa razão se torna um espaço de disputa pela Igreja, pelo *Escola sem Partido*, pois é um espaço de formação de opinião.

Eu acredito que a escola pode tanto aprisionar quanto libertar dependendo da forma como você trata os assuntos, então eu acho que quando você leva alguém para contar sua experiência você está saindo de cena para deixar que outro ali leve sua história, seu relato e sua experiência, mas você está também formando o indivíduo ouvinte (Guerra, 2021).



Na entrevista, fica claro que ir ao museu, para ela e outras professoras, é uma maneira encontrada de tratar o tema da ditadura sem ficar vinculado a figura da

professora, pois quem falou não foi ela, foi o educador, educadora, o ex-presos.

O movimento da *Escola sem Partido*, vinculado às figuras políticas da direita e extrema direita, e organizações desse cunho, aparece nas entrevistas como propulsor de uma mudança a respeito de como tratar o tema da ditadura na escola.

Sonia: Após a ascensão do Bolsonaro [...] a gente fica se vigiando nas palavras que você escolhe, não que eu não diga o que eu tenha que dizer, mas você toma cuidado com o que vai dizer para não cair na vigilância da *Escola Sem Partido*. Essa palavra é melhor trocar por essa para não ter uma interpretação errada. Um aluno me perguntou uma vez: “**Professora dá para ter ditadura sem censura?**” Uma pergunta que não aparecia há quinze anos atrás. A receita de qualquer ditadura é a censura, tortura e a propaganda do Estado, então não, ditadura é com censura (Brandão, 2023, grifo nosso).

O relato de Sônia dialoga com uma forma de negacionismo que opera na lógica de minimizar os efeitos da censura e da tortura. O Brasil: Nunca Mais, organizado pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo e publicado em 1985, reúne vasta documentação sobre violações de direitos humanos durante o regime militar. A obra baseia-se na análise de 707 processos julgados pela Justiça Militar entre 1964 e 1979, demonstrando que a tortura não foi um desvio isolado, restrito a certos locais, mas uma prática sistemática e coordenada como parte da política do Estado ditatorial.

A professora Gabrieli, professora em escola particular, diz que se autocensurou desde 2018, a partir da eleição de Bolsonaro. Ela narra que terminava a aula de ditadura com o vídeo do programa *Custo o que custar* (CQC), exibido pela emissora *Band*, sobre o 1º de abril, em que eles mostravam como as pessoas pensavam que o golpe foi revolução, de maneira satírica, debochando desse pensamento. Passados dois ou três anos, ela conta que optou por não usar, pois alguém que estava na sala de aula poderia se sentir ofendido com um vídeo cômico. Outro exemplo é o fato que em sua aula de ditadura havia o clipe do grupo musical Racionais, *Mil faces de um homem leal*, e hoje não tem mais. Gabrieli conta que em 2017, ao exibir um vídeo sobre campo de concentração nazista, houve alunos que riram. “Ali eu vi a mudança ocorrer, fazendo piada com as pilhas de corpos” (Simões, 2023). Ela narra:

Em 2017 foi a última vez que eu dei aula de ditadura, e eu lembro de estar tensa, na verdade pensando aqui não sei se foi por isso que eu deixei de dar Brasil⁸. Eu dei aula de ditadura pro segundo ano, e depois eu vim a saber que **uma mãe foi ao colégio tinha questionado o coordenador que eu só tinha falado a parte ruim da ditadura e não a parte boa**. A coordenadora abriu o livro e disse “a professora falou exatamente o que está no livro, a orientação que ela recebe é de falar que está no livro” [...] não recebi

nenhuma bronca, porque eu não tinha que receber, mas você entende como é delicado, a gente pisou em ovos e até hoje pisa, tomar cuidado com o que fala. [...] Eu amenizei. (Simões, 2023, grifo nosso).

No caso argentino, observa-se um elemento distinto. Em primeiro lugar, cabe situar onde atuam as docentes e o docente. Catalina Gironés, professora de escola pública, e Jaquelina Bisquert, docente de escola privada, ambas na província de Buenos Aires. As outras duas entrevistas foram com professores que atuam em um colégio vinculado à Universidade de Buenos Aires (UBA): Julio Bulacio e Verónica Rafaelli.

Julio Bulacio, professor do Colégio Carlos Pelegrini, diz que busca ser respeitoso com os discursos negacionistas. Contou que em 2021 deu aula para um filho de um jornalista de direita do jornal *La Nación*, que vê Milei com muitos bons olhos. Esse aluno falava dentro dos ideais do pai e Julio Bulacio o escutava, não somente o escutava como dava materiais no espectro político do aluno para que pudesse ler. Na visita ao museu, Julio conta que não houve nenhuma intercorrência a respeito desse tema. Verónica Rafaelli, professora do Colégio Nacional, narrou o seguinte sobre o tema.

El año pasado había alumnos con posicionamiento más a derecha, que está fuerte, pero todos vinieron, presenciaron la charla, hicieron comentarios. [...] Los posicionamientos más de derecha últimamente son de varones, no quiero hacer una generalización horrible, y lo caso de la gente que planteaba que eso iba hacer la, eso siempre eran chicas (Bisquert, 2023).

Segundo os próprios docentes, essa instituição possui uma cultura escolar fortemente orientada por princípios democráticos e de participação estudantil, expressa, por exemplo, na atuação ativa dos grêmios. Para esses professores, embora existam manifestações negacionistas e discursos alinhados ao presidente Javier Milei, até o momento da entrevista tais posições ainda eram minoritárias entre os estudantes.

A professora Jaquelina Bisquert tem uma vivência que é significativa a respeito.

“[En 2015], fuimos de colectivo. Cuando me siento y voy hablando con Guille, el profe de literatura, y con los pibes, íbamos bromeando y vino una señora sentada en el asiento que está enfrente de cuatro, y me miraba. En un momento nos pregunta dónde los llevaban “Vamos a la Ex Esma, en el museo de las malvinas y después al otro” y empezó, o sea, como muy nerviosa, comenzó a temblar todo el cuerpo y a decir “**y después vamos a llevarlos a leer la otra historia, los libros y no sé qué y no sé cuánto. Yo lo viví, a los soldados me cuidaban**” Los pibes estaban todo así [signal de sorpresa] ¿Qué hago? ¿Le contesto, no le contesto, la dejo hablar? La primera parte del año en Historia se trabaja todo el tema de la memoria con los pibes, y aparece mucho esta cuestión que no recordamos todos



de la misma manera, más allá de la memoria social, y estaban ahí viviendo eso en vivo y directo. La señora estaba muy exaltada, diciéndonos, sin conocernos, como deberíamos enseñarles la última dictadura a los pibes, asumiendo que estábamos adoctrinándolos y después un hombre dijo “señora más respeto, son 30 mil”. La vieja estaba por bajar “sí, fueron 30 mil, pero salvaron a 40 mil, y ahí se bajó” (Bisquert, 2023, grifo nosso).

Jaquelina contou que, após o ocorrido, juntou os estudantes e usou desse episódio para discutir sobre memória. Assim, conversou sobre o quanto o discurso da senhora estava montado em uma experiência pessoal, assim como os militantes que recordam seus companheiros. Ela chama atenção para o fato de que existe a memória oficial, que está no currículo⁹, e outras, que, por vezes, são memórias disruptivas. A professora chama atenção para a escola, muitas vezes, tratar de uma história única, mas ao se defrontar com esse episódio, os estudantes vêm compreendendo que não há essa linearidade e unicidade que a instituição propõe.

Bisquert sente que há uma mudança a respeito desse tema na Argentina, e ela cita como exemplo o caso das *madres* e *abuelas* que passaram de “lutadoras” para “chorras”¹⁰, dependentes do Estado, inventam netos e afins. Ela sente que os discursos que estavam sepultados, ganham força, pois se habilitou a possibilidade de dizer qualquer coisa.

Bisquert conta que a forma que ela, como professora, tomou conhecimento desse negacionismo foi por meio de vídeos curtos que circulam em mídias digitais. A professora analisa que junto a isso vem a violência contra o feminismo, com a tónica “feminazi” e discurso de ódio racial, assim como um ataque às madres e abuelas. Discutir é o mal, conta Bisquert. Ela sente que essa onda vem com essa premissa de que discutir é uma briga.



Antes de la pandemia no había cuestionamientos de los pibes por parte de la dictadura. De hecho, digo q mucho más que allá que acá hay un feriado [24 de marzo], hay una marcha, se trabaja en la escuela. Hay pibes que no tiene la menor idea de lo que pasó, llegan al sexto sin saber. [...] Hace unos cuantos años, empezó a aparecer en las aulas y tiene que ver con a la aparición de Milei, especialmente. Entonces aparece mucho con ese, los escuchan mucho los pibes, y entra en las aulas, y hay pibes dicen ‘la izquierda de mierda’ ‘negro de mierda’ toda la mierda. Y viene con el cuestionamiento de los subversivos también mataron gente, torturaron, y que se yo, y eran hijos de puta (Bisquert, 2023, grifo nosso).

Bisquert observa que a escola tem sentido o peso das mudanças nos comportamentos ideológicos dos estudantes. Em sala de aula, percebe que muitos jovens passaram a



associar os discursos sobre direitos humanos a ideias como “defender bandidos” ou “justificar roubos”. Ela sintetiza essa percepção com a expressão: “não precisa abrir a porta para entrarem, já entraram, já estão”. Ao longo da entrevista, a professora levanta um ponto particularmente instigante para o campo do ensino de História: a presença do negacionismo não apenas por meio de discursos explícitos, mas também pelo silêncio — um silêncio que se instala como forma de resistência ou recusa ao debate, tornando-se uma forma sutil, porém poderosa, de negar o passado.

Hay pibes que les cuesta un montón que se se abran, pero hay otros que no. El año pasado ya aparecía Milei, los pibes te preguntan qué opinas vos y qué se yo. Esta buenísimo que aparezca porque también implica tratar en la medida de lo posible, de construir un poco el discurso que tienen y el de los que creen como “recanchero Milei”, y es un violento de mierda. Más allá de que puede traer la solución más rica a la economía argentina. Este tipo tiene un discurso absolutamente violento y eso es lo más preocupante. Después él tiene una mirada aislada de la historia con todos los personajes que se junta y eso también (Bisquert, 2023).

A professora relata que alguns estudantes, em conversas fora da sala de aula, a abordavam com perguntas sobre suas opiniões a respeito de discursos que vinham escutando em outros espaços. Essas interações não ocorriam durante as aulas, mas em momentos informais, o que revela como o ambiente escolar é atravessado por tensões que excedem o conteúdo curricular. Jaquelina Bisquert aponta para algo que as discussões sobre currículo na área de ensino discutem, sobretudo a partir de 1990: o currículo não muda ao passo que a sociedade muda, o tempo da mudança não é o mesmo da renovação curricular. O tempo social, marcado por rupturas, tensões e aceleradas reconfigurações de valores, não é o mesmo tempo da renovação curricular, geralmente mais lento, negociado e institucionalizado. Essa assimetria entre o tempo social e o tempo curricular exige do professor um trabalho ativo de mediação, que implica reconhecer os conflitos presentes no cotidiano escolar, conforme aponta Bisquert.

“Deixa os historiadores pra lá”: estratégias contemporâneas contra o saber histórico

A partir das entrevistas, é possível entender como cada movimento de direita articula suas próprias formas de negacionismo, a partir das estruturas de memória social já existentes em seu país. No caso argentino¹¹, há uma complexa forma de descreditar o passado ditatorial, usando de negação, banalização e relativização. Não se nega que houve assassinato, tortura e desaparecimento, justifica essas ações dentro de uma guerra contra a subversão, assim como não nega os desaparecidos, mas sim a cifra de

30.000, ou seja, dizem ser entre 8.000 e 9.000 mil. A “batalha das cifras”, como quer Daniel Lvovich e Boris Grinchpun (2022), tem sua origem no próprio período ditatorial. Uma segunda manifestação tem a ver com descreditar os familiares das vítimas, como comentou Jaquelina Bisquert, e tratá-los como interesseiros e mentirosos.

Uma outra forma seria a exigência de uma “memória completa”, inclinado ao que a senhora no ônibus pede a professora Jaquelina, ou seja, que se considere as vítimas das ações de grupos armados contra a ditadura. Em março de 2024, o governo federal lançou um vídeo em 24 de março, data que se rememora o Golpe de 1976, intitulado memória completa com o objetivo de emplacar uma visão que minimize as ações violentas do Estado.¹² De modo geral, Valentina Salvi (2018) define esse termo como uma categoria que expressa uma ideia de que todos são vítimas e ninguém é culpado. Ou seja, tenta emplacar narrativas para melhorar a imagem pública das Forças Armadas e, de modo prático, anistiar repressores que seguem encarcerados. Assim, descredita as memórias produzidas pelos organismos de direitos humanos.

A exigência de uma “memória completa” encontra eco em manifestações públicas recentes e contundentes. Em 2023, houve um ataque verbal proferido à Estela de Carloto, 92 anos, presidente de Abuelas de la Plaza de Mayo, proferido pela vice-presidente Victoria Villarruel, sobrinha de militares, em que ela pede que Estela conte quem era de verdade sua filha, fazendo menção ao fato de ter feito parte dos Montoneros. “La verdad que Carloto ha sido un personaje siniestro para nuestro país y con ese cariz de abuelita buena, la realidad es que ha justificado al terrorismo”, disse ao programa televisivo *La Nación+*. Essa maneira de atacar grupos de familiares que buscam filhos e netos desaparecidos legitima os discursos das direitas radicais, como se pode ver no print de uma publicação na rede social X – antigo Twitter, na ocasião.

Imagen 1 – Print de uma publicação a respeito do ataque à Estela de Carloto



Fonte: Print Instagram.

Nesse caso, vê-se que o símbolo reconhecidamente internacional da luta de mães pelos desaparecidos, o *pañuelo*, tem uma inversão de valores, acrescentando uma bomba. Chama atenção o fato de estar vinculado a imagem o texto “sabemos a verdadeira história”. Assim, vê-se que o objetivo da imagem está em diálogo com as ações dos grupos de direita, que descredita as ações de busca e de luta de familiares pela verdade.

As redes sociais, para Lvovich e Grinchpum, são vetores importantes para pensar nas ações, e faço referência aqui ao que explicitei sobre a publicação que vincula bombas e o *pañuelo*.

Las dinámicas propiciadas por estas tecnologías, por entonces aún novedosas, redundaron en ganancias para las “memorias denegadas” en al menos dos sentidos: primero, porque el algoritmo tendió a consagrar a los usuarios más cáusticos como opinión *leaders*, nodos en torno de los cuales se formaron racimos (clusters) que, a su vez, amplificaron la resonancia de las posturas más extremas (Lvovich; Grinchpum, 2022, p. 9).

Lvovich e Grinchpum (2022) apontam também que, a partir de 2003, com a ascensão de Néstor Kirchner, grupos da direita radical passaram a organizar reações por meio de notas e editoriais publicados em um jornal de grande circulação, *La Nación*. Esse jornal foi mencionado no relato do professor Julio Bulacio, ao comentar sobre um estudante pró-Milei, filho de um jornalista da referida publicação. Vale destacar que a fala de Victoria Villarruel, vice-presidente de Milei, também foi veiculada em um programa da *La Nación*, evidenciando a articulação entre esses setores políticos e determinados veículos de mídia.

No Brasil, o negacionismo tem outra face e forma de operar. O discurso é pautado em dizer que a repressão foi menor e mais branda, comparada as outras experiências do Cone Sul. Matheus Pereira (2015, p. 864), no artigo lembra que

[...] desde 1964, diversas batalhas de memória sobre o Golpe Civil-Militar de 1964 e, posteriormente, sobre a Ditadura Militar brasileira (1964-1985) foram travadas. Entretanto, muitas dessas entraram em latência e emergiram de diversos modos nos últimos anos, em particular entre 2012 e 2014.

O historiador constrói uma boa reflexão em torno das edições e dos comentários no/do verbete “Regime militar brasileiro” (em português) da Wikipédia – enciclopédia virtual que à época permitia edições dos usuários sobre o tema do verbete –, nos anos em que trabalhou a Comissão Nacional da Verdade. Pereira reconhece que as edições não são um caso isolado, mas partes de uma comunidade que atua em prol de

imputar certa versão sobre a ditadura militar que, em linhas gerais, justifica as ações da repressão como maneira de acabar com as guerrilhas (ou seja, com a esquerda), assim como enaltece figuras que estiveram à frente do governo: “[...] o Golpe de 1964 só existiu porque não havia outra alternativa, ele foi inevitável. Se não fosse o Golpe, teria havido um golpe e uma ditadura comunista. Os militares salvaram o Brasil dos terroristas e comunistas, pois agiram antes” (Pereira, 2015, p. 870). No está uma fotografia que me é cara para este tema.

Imagen 2 – Bolsonaro em ato prol ditadura em março de 2014, na Câmara dos Deputados.



Fonte: Borges, 2014.

A memória positiva e os elogios aos militares circularam em outros espaços, como se vê na imagem. O artigo de Pereira é de 2014, e de lá para cá algumas “coisas” mudaram e essa manifestação de negacionismo ganhou força. O impeachment de Dilma Rousseff em 2016, a ascensão de discursos conservadores durante o governo de Michel Temer (2016–2018), e principalmente a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, cuja retórica elogiosa à ditadura e a torturadores como Brilhante Ustra contribuiu para o fortalecimento de manifestações negacionistas no espaço público “Deixa os historiadores para lá!”, foi uma frase dita por Bolsonaro em sua campanha eleitoral em um programa televisivo. Rebeca Gontijo (2022) e Rodrigo Sá Motta (2021), em textos diferentes, partem dela para pensar os meandros do negacionismo no Brasil.

Motta lembra que o processo de transição política da ditadura para a democracia ocorreu sem que se acertassem as devidas contas com o passado autoritário, tampouco com os responsáveis pela violência e pelos crimes praticados contra os

direitos humanos: “[...] a conta não saldada veio a ser cobrada recentemente, com o surgimento de nova ameaça autoritária” (Motta, 2021, p. 10). O historiador refere-se à mobilização da direita radical que, no debate público, valoriza o golpe de 1964 e os 21 anos de ditadura como uma vitória sobre a esquerda. Ele aprofunda essa análise ao mostrar como os usos do passado ditatorial passaram a ser ressignificados como memória positiva, especialmente a partir da ascensão de militares a funções administrativas no governo, após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Um exemplo marcante foi a defesa, por parte de Bolsonaro, da comemoração do dia 31 de março — data do golpe — como uma “revolução”.

Nessa presença marcante do golpe e da ditadura militar nas falas da elite política, em discurso de youtuber e em manifestações de rua, percebem-se uma politização e uma manipulação ideologicamente orientada de história, com o objetivo de construir versões moldadas para justificar a ditadura e, eventualmente, dar fundamento a novos projetos autoritários, inclusivo do governo Bolsonaro (Motta, 2021, p. 14).

Quase dois anos depois da publicação do livro, o discurso negacionista que veicula a memória positiva da ditadura, levaria grupos bolsonaristas a se mobilizarem em acampamentos e constantes manifestações em frente de quartéis com pedido de intervenção militar, após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, em outubro de 2022. Mais que isso é o atentado à ordem democrática em 8 de janeiro de 2023, com a invasão de grupos da direita radical, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, contra as instituições republicanas, como o Legislativo e o Judiciário. Não é um plano unicamente discursivo ou uma guerra de narrativa, a mobilização do negacionismo se dá também em ações contra a ordem democrática.

Assim, a partir de Motta (2021) e de outras leituras¹³, o negacionismo em relação a ditadura militar no Brasil carrega algumas características: negar o caráter golpista de 1964; minimizar as violações de direitos humanos¹⁴, muitas vezes justificando-as com frases “matou foi pouco”, como disse Bolsonaro em inúmeras ocasiões; usar da ameaça comunista como um estandarte de seu projeto que tem, nos anos de chumbo, exemplaridade de combate à esquerda. Nesse sentido, Motta (2021) defende que, em um contexto com a crescente visão positiva da ditadura, mais do nunca os historiadores não devem ser deixados para lá.

Partindo da mesma frase, Rebeca Gontijo traz um outro viés, que julgo importante ser tomado aqui para a discussão.

Os historiadores e os professores de história que atuam na educação básica são forçados a lidar com a questão da autoridade partilhada e o engajamento na elaboração de narrativas históricas por parte de não especialistas, que estão disponíveis na internet e também chegam à sala de aula [...]



negacionismo cresce em um cenário – o universo digital, sobretudo das mídias sociais – em que a ciência histórica não tem o pleno domínio, já que os textos acadêmicos são ainda em formato de dissertações, teses, artigos e livros. Aí reside a questão “saber quem tem autoridade e quem tem o direito de falar sobre o passado está colocada, assim como o problema da verdade (Gontijo, 2022, p. 36-37).

Ficou claro que as aulas de história têm sido atravessadas pelo avanço significativo dos negacionismos, tanto no Brasil como na Argentina. A manifestação dessas ideias nas escolas não é algo novo, mas ocorre em um contexto social e político específico. A emissão de discursos negacionistas por autoridades e funcionários públicos serve como autorização para que outros sujeitos — neste caso, membros da comunidade escolar, em especial os estudantes — repitam e ampliem essas ideias, gerando confrontos dentro das salas de aula e das instituições de ensino (Legarralde, 2024). As culturas escolares, tal como analisadas por autores como Viñao-Frago (1998, 2006), Julia (2001) e Escolano (1999), são formadas por práticas, normas, valores e debates que circulam cotidianamente nas instituições de ensino. Nesse sentido, o negacionismo histórico não é um elemento externo à escola, mas atravessa seus espaços físicos e simbólicos — das paredes à lousa, do discurso ao silêncio. As narrativas de professoras e os estudos historiográficos indicam que esse fenômeno tem se tornado cada vez mais presente no cotidiano escolar, gerando disputas em torno da memória da ditadura e tensionando os sentidos que se constroem sobre o passado recente.

Considerações finais

A extrema-direita está aí à espera à porta, e quando digo extrema-direita é uma palavra que não é para disfarçar, porque não quero disfarçar, mas repugna-nos dizer fascismo... Está aí, à espera à porta. Apenas estão a aguardar por uma oportunidade. [...]. Por isso, o que quero com os meus livros é **desassossegar** o espírito do leitor e não deixar que durma, despertá-lo. Pôr-lhe a mão no ombro e dizer-lhe: homem, mulher, rapaz, rapariga, desperta. Porque o mal está aí à espera, e depois não digam que não sabiam, que não tinham dado conta (Polémica [...], 2009, grifo nosso).



A conferência de Saramago representa o proposto pelo artigo: desassossegar para despertar. Não há novidade, para quem atua na universidade ou na educação básica, quanto à presença constante do negacionismo histórico — ele está entre nós, se manifesta nos discursos políticos, nas salas de aula, nas redes sociais. O objetivo aqui foi demonstrar como os projetos das novas direitas radicais impactam práticas escolares e disputas de memória, especialmente em espaços de encontro como

a escola e o museu. Ao observar as formas como esses discursos se articulam e se legitimam socialmente, torna-se evidente a urgência de ações que promovam que o ensino de história confronte essas narrativas com criticidade e responsabilidade.

O *Memorial* e o *Museo de la Esma* sentem esse avanço dos discursos negacionistas pelo motivo de serem vinculados à memória das vítimas da repressão, alinhados contra autoritarismos e pautados na promoção da valorização dos direitos humanos. Dessa forma, professoras e professores que investem em atividades de visitas educativas para suas narrativas escolares sobre ditadura militar sentirão o conflito mais abertamente.

Consideradas todas essas questões, o que quero concluir sobre esse tema é que ter enfrentado ou não o passado ditatorial durante a transição democrática, ter ou não museus e lugares de memória, não impedem que as direitas radicais reivindiquem, no espaço público, uma memória positiva sobre a ditadura militar. É similar, nos dois países, a relativização e banalização da violência.

Dessa forma, organizar uma visita a um museu que trata do tema de uma ditadura militar é mergulhar de cabeça nas tensões do presente: a organização das direitas radicais. Como lidar com esses fenômenos? Quais saberes docentes acionar para lidar com a era dos negacionismos da ditadura? Não ir mais ao museu e se preservar ou ir ao museu e enfrentar todos os efeitos que isso pode implicar? A autocensura tem sido uma opção para algumas professoras, como se viu em duas entrevistas. Por outro lado, para outras e outro não, já que o quadro de visitas escolares a esses museus cresce a cada ano.

O artigo apresentou um cenário conflitivo, complexo e que envolve inúmeros interesses políticos. Não é simples enfrentá-lo. Compor experiências brasileiras e argentinas teve o propósito de aprofundar o debate em uma perspectiva transnacional, e apresentar o peso do negacionismo quando professoras e professoras sentem quando saem da escola para ir a museus. Assim, a proposta de desassossegar veio acompanhada da tentativa de costurar diálogos e oferecer referências que ajudem a responder às questões que emergem continuamente no cotidiano escolar — interrogações que convocam docentes a posicionar-se, interpretar e sustentar suas práticas diante de um tempo com acentuados conflitos de memória.

Referências

BORGES, Bruna. Faixa pró-militares causa confusão na Câmara em sessão sobre golpe. *UOL*, 1 abr. 2014. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Gn8B3>. Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. *Constituição da república federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 maio 2025.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1, 11 jan. 2002. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10406&ano=2002&ato=ac5gXVE5ENNpWT07a>. Acesso em: 7 maio 2025.

O BRASIL paralelo produz história?. Porto Alegre: Historiar-se, 2019. 1 vídeo (21 min 9 s). Publicado pelo canal Historiar-se. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R71LxS5FhD8>. Acesso em: 6 jan. 2024.

CHABRANDO, Victoria; INCHAUSPE, Leandro. *¿Qué pasado para nuestro presente?: debates públicos sobre memorias, negacionismo y apologismo*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2023.

EM ANIVERSÁRIO de golpe militar, Milei refuta memória da ditadura e suas 30 mil vítimas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 mar. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/03/24/em-aniversario-de-golpe-militar-milei-refuta-memoria-da-ditadura-e-suas-30-mil-vitimas.ghml>. Acesso em: 7 maio 2025.

ESCOLANO, Agustín. Los profesores en la historia. In: MAGALHÃES, Justino; ESCOLANO, Agustín (org.). *Os professores na história*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1999. p. 15-27.

FACAL, Ramón; SANTIDRIÁN, Víctor. Los 'conflictos sociales candentes' en el aula. *Iber*, València, n. 69, p. 8-20, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3701888>. Acesso em: 7 maio 2025.

GONTIJO, Rebeca. 'Deixa os historiadores pra lá': crise das humanidades, crise da autoridade, novas possibilidades. In: MAGALHÃES, Marcelo; ROCHA, Helenice. *Em defesa do ensino de história: a democracia como valor*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p. 19-44.

HISTÓRIA e negacionismo: e agora ANPUH?. São Paulo: Associação Nacional de História, 2020. 1 vídeo (1 h 33 min). Publicado pelo canal: Associação Nacional de História - Anpuh. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f2bB6aiGaEY>. Acesso em: 6 jan 2024.

HUMANAS Ep. 03 negacionismo e pós-verdade: impactos sociais e enfrentamento. Entrevistadoras: SÔNIA Meneses e Caroline Silveira. Entrevistada; Ana Carolina Barbosa. [S. l.]: Humanas Pesquisadoras em Rede, 10 jun. 2020. Podcast. Disponível em: <https://soundcloud.com/anticastdesign/anticast-66-as-hist-rias-e/s-Olmz9>. Acesso em: 22 ago. 2014.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n. 1, p. 9-44, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://>

repositorio.unifesp.br/handle/11600/39195. Acesso em: 6 jan 2024.

LEGARRALDE, Martín. Negacionismo y adoctrinamiento: confrontaciones educativas a 40 años de la recuperación de la democracia. *Archivos de Ciencias de la Educación*, La Plata, v. 17, n. 24, e129, nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.24215/23468866e129>.

LEITE, Marcelo. Ativistas pela memória: a recordação do passado ditatorial no espaço urbano em Recife e São Paulo. In: SOARES, Thiago (org.). *61 anos do golpe e da ditadura de 1964 em Pernambuco: direitos humanos e movimentos sociais*. Recife: EDUPE, 2025. p. 87-108. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.edupe.upe.br/images/livros/Direitos%20Humanos%20e%20Movimentos%20sociais%201.pdf](https://www.edupe.upe.br/images/livros/Direitos%20Humanos%20e%20Movimentos%20sociais%201.pdf). Acesso em: 6 nov. 2024

LEITE, Marcelo. *O museu e a escola*: o ensino de ditadura militar em aulas de história em São Paulo e Buenos Aires. 2024. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.unirio.br/cchs/ppgh/producao-academica/teses-de-doutorado-e-egressos-pasta/arquivos/Tese_Marcelo_Henrique_Leite_PPGH_UNIRIO.pdf. Acesso em: 6 nov. 2024.

LÓPEZ-FACAL, Ramón. Conflictos sociales candentes en el aula. In: PAGÈS, J.; SANTISTEBAN, A. *Les qüestions socialment vives i l'ensenyament de les ciències socials*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2011. p. 65-76.

LVOVICH, Daniel; MOTTA, Rodrigo Pato Sá (org.). *As ditaduras Argentina e brasileira em ação: violência repressiva e busca do consentimento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023.

LVOVICH, Daniel; GRINCHPUN, Boris Matías. Banalización, relativización, negacionismo: un escenario en los campos de batalla por la memoria del pasado argentino reciente. *Contenciosa*, Santa Fe, n. 12, enero/nov. 2022. DOI: <https://doi.org/10.14409/rc.10.12.e0014>.

MENESES, Sonia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. *História Hoje*, São Paulo, v. 8, n 15, p. 66-88, maio 2019. DOI: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v8i15.522>.

MOTTA, Rodrigo. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PENNA, Fernando. 'Escola sem Partido' como ameaça à educação democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. *Fronteiras*, Chapecó, n. 37, p. 143-155, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/index>. Acesso em: 6 nov. 2024.

PEREIRA, Matheus. Nova direita?: guerras de memória em tempos de comissão da verdade (2012-2014). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, set./dez.

2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-87752015000300008>.

POLÉMICA à volta do último livro de José Saramago. *RTP Notícias*, 21 out. 2009. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/cultura/polemica-a-volta-do-ultimo-livro-de-jose-saramago_n288703. Acesso em: 6 nov. 2024.

ROCHA, Helenice; GONZÁLEZ, María Paula. O jardim do vizinho é mais bonito ou está mais longe. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, e77138, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.77138>.

SALVI, Valentina. Memoria completa. In: VYNES, Ricard. *Diccionario de la memoria colectiva*. Barcelona: Gesida, 2018. p. 281-283.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Apresentação 'negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa'. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 13-36, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-03>.

VIÑAO-FRAGO, Antonio. *Por una historia de las culturas escolares: culturas y civilizaciones*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1998.

VIÑAO-FRAGO, Antonio. *Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y câmbios*. Madrid: Morata, 2006.

Entrevistas

BISQUERT, Jaqueline. Entrevista concedida a Marcelo Henrique Leite, em 3 de abril de 2023. Los Polvorines, (província de Buenos Aires), Argentina. 73 (setenta e três) minutos gravados, mp4A, arquivo de áudio. Presencial. Armazenado em arquivo pessoal.

BRANDÃO, Sonia. Entrevista concedida a Marcelo Henrique Leite, em 2 de dezembro de 2023. São Paulo, Brasil. 70 (setenta) minutos gravados, mp4A, arquivo de áudio. Presencial. Armazenado em arquivo pessoal.

BULACIO, Julio. Entrevista concedida a Marcelo Henrique Leite, em 31 de maio de 2023. Buenos Aires (capital), Argentina. 71 (setenta e um) minutos gravados, mp4A, arquivo de áudio. Presencial. Armazenado em arquivo pessoal.

GIRONÉS, Catalina. Entrevista concedida a Marcelo Henrique Leite, em 24 de novembro de 2022. Merlo, (província de Buenos Aires), Argentina. 30 (trinta) minutos gravados, mp4A, arquivo de áudio. Presencial. Armazenado em arquivo pessoal.

GUERRA, Lucineia. Entrevista concedida a Marcelo Henrique Leite, em 22 de setembro de 2021. Carapicuíba, Brasil. 140 (cento e quarenta) minutos gravados, mp4A, arquivo

de vídeo. Virtual. Armazenado em arquivo pessoal.

NOSEDA, Vilma. Entrevista concedida a Marcelo Henrique Leite, em 16 de agosto de 2023. São Paulo, Brasil. 93 (noventa e três) minutos gravados, mp4A, arquivo de áudio. Virtual. Armazenado em arquivo pessoal.

RAFAELLI, Veronica. Entrevista concedida a Marcelo Henrique Leite, em 4 de abril de 2023. Buenos Aires (capital), Argentina. 58 (cinquenta e oito) minutos gravados, mp4A, arquivo de áudio. Presencial. Armazenado em arquivo pessoal.

SIMÕES, Gabrieli. Entrevista concedida a Marcelo Henrique Leite, em 17 de agosto de 2023. São Paulo, Brasil. 47 (quarenta e sete) minutos gravados, mp4A, arquivo de áudio. Presencial. Armazenado em arquivo pessoal.

Arquivo Institucional do Memorial da Resistência de São Paulo

Fundo Educativo – Armário 1 - Caixa 4 - Avaliações de visita: Avaliações de 2014.

Notas

¹Professor de História. Doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Este artigo é fruto de uma pesquisa com o apoio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), da CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

²Um bom artigo sobre o movimento é de Penna (2021).

³No capítulo *Ativistas pela memória: a recordação do passado ditatorial no espaço urbano em Recife e São Paulo* eu apresento dois casos que permitem discutir iniciativas de memória frente a um Estado Nacional que, nos anos 1980 e 1990, buscava um certo silêncio a respeito do passado ditatorial. Ver em Leite (2025).

⁴O artigo é fruto de uma pesquisa de doutorado aprovado pelo Comitê de Ética, pela Plataforma Brasil. O número do parecer é 4.979.205, em 21 de setembro de 2021. Número do CAEE: 48782021.1.0000.5285As entrevistas foram realizadas entre 2021 e 2023. Baseada na Resolução 510/16, os entrevistados e as entrevistadas assinaram o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (TCLE). Considerando a questão da confidencialidade contida expressamente no item IV do Art. 2 da resolução 510: garantia do resguardo das informações dadas em confiança e a proteção contra a sua revelação não autorizada, entrevistas e entrevistas consentiram na divulgação de suas identidades. As entrevistas estão armazenadas, em formato de áudio, em meu arquivo pessoal, protegida de qualquer divulgação indevida. Esclareço, ainda, que a presente autorização não permite a modificação da entrevista, qualquer mudança que altere o seu sentido ou que desrespeite a inviolabilidade das pessoas. Esse ponto está previsto no inciso X do Art. 5o da Constituição da República Federativa do Brasil e no art. 20 da Lei no 10.406, de 2002 - Código Civil Brasileiro (Brasil, 1988, 2002). Todos os entrevistados autorizaram seus nomes verdadeiros.

⁵As entrevistas com o grupo de docentes argentino foram realizadas inteiramente em espanhol.

⁶Na Argentina, também há uma discussão sobre como grupos políticos ligados a uma direita radical atacam à docência os acusando de “adoctrinamiento”. Esse termo tem sido usado para denunciar docentes e instituições que selecionam conteúdos com intencionalidade ideológica. No entanto, é possível identificar um uso mais amplo do conceito, que se refere ao efeito dessa prática sobre os sujeitos. Nesse sentido, o “adoctrinamiento” seria entendido como um processo eficaz de internalização de ideias, gerando estudantes supostamente manipulados e conformes a determinados valores e exclusões. Assim, o conceito extrapola a imposição autoritária e se aproxima da noção de manipulação cultural e simbólica mais ampla (Legarralde, 2024).

⁷O antikircherismo é referência a oposição aos governos de Nestor Kirchner (2004-2007) e Cristina Fernandez Kirchner, como presidente (2007-2015) e vice-presidente (2019-2023).

⁸Isso quer dizer que ela passou a estar à frente das aulas de História Geral. Essa é uma forma das escolas particulares dividirem o currículo: História do Brasil e História Geral.

⁹A análise comparativa dos currículos no Brasil e na Argentina revela abordagens distintas sobre o passado ditatorial. No Brasil, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), desde 2018, com ênfase em competências e habilidades, apresenta há escassez de temas ligados à ditadura militar. Ou seja, embora referida nos conteúdos destinados à História, aparece diluída, sem destaque para as violações sistemáticas de direitos humanos. Na Argentina, os NAP (Núcleos de Aprendizagem Prioritários), construídos no pós-crise de 2001, assumem um caráter federativo e progressista, articulando conteúdos de forma cronológica e problematizadora. O passado traumático da ditadura argentina é amplamente contemplado como objeto de análise crítica, com valorização dos direitos humanos e da memória coletiva. Assim, enquanto o currículo brasileiro expressa ambivalências e silenciamentos, o argentino assume posição afirmativa na elaboração de uma memória democrática. Sobre o tema, consultar: (i) Rocha e Helenice (2021) e (ii) Leite (2024).

¹⁰Termo ofensivo, de uso vulgar, que expressa uma forma de xingamento.

¹¹No livro *¿Qué pasado para nuestro presente?* Debates públicos sobre memorias, negacionismo y apologismo há boas reflexões sobre as tramas mais recentes. Ele foi escrito em 2023. As autoras e autores tecem boas perguntas e expõem reflexões assertivas sobre a cruzada entre chegar ao poder um presidente em que ele, e sua vice, são abertamente a favor da banalização e relativização da ditadura (Chabrand; Inchauspe, 2023).

¹²Para saber mais: (Em aniversário [...], 2025).

¹³(O Brasil [...], (2019); História [...], (2020); Humanas [...], (2020).

¹⁴Sobre o assunto, ver em: Meneses (2019).

